



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 32/2020/ERSSP/SUPERINTENDENTE/SUSEP

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados e sob demanda, de manutenção predial preventiva e corretiva, por meio de execução indireta que compreenderá o fornecimento de mão de obra para a realização de serviços num total de, no máximo, 300 (trezentas) horas ao ano, divididas em 150 (cento e cinquenta) horas para manutenção preventiva e 150 (cento e cinquenta) horas para manutenção corretiva, incluindo todos os materiais, equipamentos e ferramentas que se fizerem necessários, nas dependências do Escritório de Representação da SUSEP em SP, situado à Rua Formosa, 367, 26º andar do Edifício CBI, Centro, São Paulo (SP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável OU Valor de Referência
1	Manutenção preventiva com previsão de duas intervenções semestrais totalizando 150 horas de acordo com o cronograma estabelecido no Anexo III do Termo de Referência	horas	150h	R\$ 24.581,53
2	Manutenção corretiva conforme as demandas necessárias dos serviços descritos no Termo de Referência ERSSP 22/2020, com previsão de, no máximo, 150 horas de serviço.	horas	150h	R\$ 6.109,05
3	Materiais, de acordo com as planilhas do Anexo I do termo de Referência ERSSP 22/2020 contendo os itens mais prováveis de serem utilizados.	unidade	descrita no anexo I	R\$ 9.536,97

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, de que trata a Lei nº. 10.520/2002 e o Decreto nº. 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica.

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução indireta por tarefa.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.2 Será exigida declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas, agendando previamente a visita através do email erssp.sp@susep.gov.br.

6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria, bem como atender todas as orientações de combate ao novo coronavírus, como uso de máscaras. .

6.4 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.6 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 As manutenções deverão ser realizadas nas atuais dependências da ERSSP e, em quaisquer novas dependências que venham a ser ocupadas por esta Autarquia, no município de São Paulo.

7.2 As referidas manutenções compreendem: conserto, instalação, montagem, desmontagem, remanejamento, conservação, reparação, adaptação e transporte nos sistemas de instalações hidráulicas, elétricas, civis e de redes de lógica e telefonia, existentes ou que venham a ser instalados, nos sistemas manuteníveis, tais como: instalação e remanejamento de circuitos elétricos, lógicos e telefônicos, instalação de luminárias, substituição de lâmpadas, de fechaduras e de equipamentos hidrossanitários; bem como reconstituição de instalações hidráulicas e de partes civis afetadas de alvenaria, madeira, pvc, gesso e/ou outros materiais sintéticos (paredes, batentes, portas, pisos, azulejos, forros, etc.); instalação, remanejamento e retirada de biombos, divisórias e mobiliário e; atenuação de níveis de ruído e demais serviços afins.

7.3 Cabe esclarecer que o presente objeto considera serviços com mão de obra volante em que, o (s) profissional (ais) adequado (s) à demanda do (s) serviço (s) se desloca (m) até as dependências da ERSSP, somente quando necessário. A escolha por um regime de mão de obra volante visa eliminar a ociosidade de mão de obra, uma vez que, no ERSSP não há demanda de manutenções que justifiquem mão de obra em tempo integral.

7.4 A execução dos serviços será realizada mediante demanda, na forma abaixo:

7.4.1 Os serviços emergenciais, definidos como aqueles que paralisam o desempenho das atividades, deverão ser iniciados dentro de 04 (quatro) horas após a aprovação da Ordem de Serviços respectiva, mesmo que por meio de solução paliativa. Independente do uso ou não de solução paliativa, a solução definitiva deverá ser aplicada em até 03 (três) dias úteis, contados do início dos serviços.

7.4.2 Os serviços recomendados pela Contratante deverão ser iniciados dentro de 24 horas corridas após a aprovação da Ordem de Serviços respectiva.

7.4.3 Os serviços previstos no cronograma deverão ser efetuados nas datas programadas, devendo também ter suas Ordens de Serviço aprovadas com antecedência.

7.4.4 Os serviços que não obstruam a execução das atividades desenvolvidas pelo ERSSP poderão ser realizados em dias úteis no horário comercial das 09h30 às 17h30, de segunda à sexta-feira.

7.4.5 Os serviços que, devido à logística, bloqueiem as atividades do ERSSP deverão ser feitos em período que se inicie após as 17h30 ou, opcionalmente, aos sábados, casos em que serão autorizados através de comunicação explícita à portaria e ao síndico do Condomínio dos Edifícios CBI/Esplanada e acompanhados por servidor indicado do Escritório de Representação da SUSEP em SP (ERSSP).

7.5 A Contratada, após a assinatura do contrato, será responsável por executar um plano de manutenção preventiva contendo um cronograma dos serviços a serem realizados, de acordo com o constante no Anexo III.

7.6 O cronograma das atividades programadas de manutenção preventiva terá periodicidade semestral e utilizará, no máximo, 150 horas, divididas em 2 (duas) intervenções de, preferencialmente, 75 horas cada.

7.7 Cada intervenção poderá ser realizada em até 15 (quinze) dias úteis, com utilização de 5 (horas) diárias, ou em menor prazo com utilização de mais horas por dia, a critério da CONTRATADA e de acordo com as necessidades de cada serviço.

7.8 Será admitida na primeira intervenção a utilização de até 10 (dez) horas adicionais, se for necessário, desde que as horas gastas a mais sejam compensadas com a mesma quantidade de horas a menos na segunda intervenção.

7.9 Como as horas previstas para as manutenções preventivas constituem-se em meras estimativas, eventuais horas não utilizadas não poderão ser faturadas e o valor correspondente às horas a menos constituirão sobras orçamentárias.

7.10 Para a comprovação da efetividade dos serviços de manutenção preventiva, independentemente do acompanhamento dos trabalhos por um fiscal designado para o contrato pertencente aos quadros do ERSSP, a Contratada deverá elaborar e entregar um relatório contendo os itens apresentados nas relações do Anexo III dispondo sobre as condições dos ambientes, sistemas, estruturas e componentes verificados, e sintetizando de forma clara as ações tomadas para evitar ou minimizar a causa de problemas futuros em potencial, ou sugerindo as ações corretivas que forem necessárias no caso de constatação de problemas já instalados.

7.11 O relatório de que trata o item 9.2.4 anterior é parte inseparável dos serviços de manutenção preventiva, e deverá ser feito e entregue sem nenhum ônus adicional, isto é, o valor do item 1 da licitação já estará contemplando os custos para

sua elaboração, incluindo o trabalho intelectual e o tempo despendido que não poderá ser somado para efeito do cômputo das 75 horas reservadas para esses serviços.

7.12 A Contratante poderá solicitar à Contratada, a cada doze meses, um Laudo de Avaliação Mercadológica do Imóvel que, deverá ser elaborado por Engenheiro Civil ou Arquiteto. Nesse caso, as horas utilizadas pelo profissional para a elaboração deste laudo, poderão ser computadas no âmbito das horas de manutenção preventiva.

7.13 A Contratada deverá proceder à manutenção preventiva de acordo com as atividades programadas no Anexo III e devidamente acompanhadas pelo fiscal do contrato.

7.14 As manutenções corretivas serão realizadas sempre que necessário, ou quando solicitadas pela Contratante, sem limite determinado de intervenções, porém, utilizando no máximo 150 (cento e cinquenta) horas ao ano.

7.15 Antes de iniciar cada manutenção a Contratada deverá emitir um documento denominado Ordem de Serviço no qual constarão: a discriminação dos serviços a serem executados, a quantidade de horas para execução de cada empreitada, a relação dos materiais a serem utilizados incluindo suas quantidades, marca e outros detalhes qualitativos, a quantidade de profissionais designados para execução da atividade com seus respectivos nomes, e as datas e horários de início e término de execução.

7.16 A Contratada só poderá iniciar os trabalhos após a devida aprovação da Ordem de Serviços pela Contratante.

7.17 A Contratada deverá disponibilizar à Contratante, de acordo com as necessidades desta, profissionais (eletricista, pedreiro, servente, encanador, gesso, pintor, marceneiro, técnico em eletrônica, engenheiro civil ou arquiteto, etc.), com capacitação técnica em instalações hidrossanitárias, pluviais, construção civil, impermeabilização, pintura de superfícies externas e internas, instalações elétricas prediais e equipamentos elétricos, montagem e desmontagem de biombos, móveis e divisórias, colocação de gesso, troca de vidros, checagem de equipamentos eletrônicos de redes de voz e dados e outros para execução de serviços sob a responsabilidade técnica de profissionais designados pelo ERSSP.

7.18 A capacidade técnica dos profissionais, exceto do engenheiro civil ou do arquiteto, deverá ser comprovada mediante a apresentação de certificado de curso básico de qualificação profissional, ministrado por escolas especializadas reconhecidas pelo MEC ou por secretarias de educação estaduais ou por experiência profissional mínima de 03 (três) anos, registrada em carteira de trabalho ou contratos de prestação de serviço.

7.19 No caso de engenheiro civil ou arquiteto, a capacidade técnica deverá ser comprovada através de apresentação de documento do registro no conselho de classe respectivo.

7.20 Deverá haver, no quadro da Contratada, ou por alguma outra forma de vínculo, outros profissionais com especialidades de engenharia elétrica, de instalações de prevenção de incêndio e mecânicas, habilitados para intervir e solucionar problemas, quando necessário.

7.21 Sempre que a empreitada necessitar de RRT ou ART a Contratada deverá providenciar o referido documento, às suas custas, devendo ser expedido (a) por profissional devidamente qualificado e registrado em seu respectivo Conselho. O profissional também deverá fazer o acompanhamento dos serviços, sempre que necessário.

7.22 Os empregados designados pela Contratada para execução dos serviços deverão apresentar-se no local de trabalho com boa aparência, trajando uniformes completos e limpos, crachás de identificação e portando todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser fornecidos pela Contratada nos termos da Norma Regulamentadora nº 4 e Portaria nº 3.124 do Ministério do Trabalho.

7.23 Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, de modo a garantir o perfeito e ininterrupto funcionamento das instalações prediais do ERSSP.

7.24 A execução dos serviços deverá ser realizada, ainda, de acordo com os projetos hidráulicos, elétricos e arquitetônicos do imóvel.

7.25 A Contratada deverá refazer, às suas custas, os serviços reprovados pela Contratante, seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados, seja pela imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo tanto de todos os materiais necessários quanto das horas gastas para o refazimento.

7.26 A Contratada deverá zelar para não danificar os pisos, as paredes, os forros, os móveis, etc., tomando todas as precauções necessárias para não riscar e/ou impregná-los com sujeiras, adotando as ações cabíveis para entregar os locais dos serviços em perfeito estado.

7.27 A Contratada deverá exigir de seus empregados que mantenham limpos os lugares onde estiverem trabalhando, livres e desobstruídos, visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes. Após a conclusão dos serviços, efetuar a limpeza completa do local, antes de comunicar a Contratante o encerramento dos trabalhos para fins de vistoria e aceite pela Contratante.

7.28 A Contratada deverá providenciar a retirada do entulho dos serviços executados, sem ônus adicional para a Contratante, dentro do prazo de 12 horas, após o término dos serviços.

7.29 A Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os reparos ou indenizações de avarias em equipamentos, instalações e bens, causadas por seus empregados na execução dos serviços ou por imperícia, imprudência ou vandalismo, inclusive a servidores e terceiros, sem ônus adicional para a Contratante.

7.30 A manutenção preventiva consistirá de ações periódicas definidas no cronograma semestral previamente definido e sempre acompanhadas, ao final dos trabalhos, de relatório circunstanciado.

7.31 A manutenção corretiva será executada sempre que houver a necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento e aspecto visual dos sistemas e instalações, ou quando requerida pela Contratante, compreendendo inclusive a substituição de material, peças, ajustes, reparos e restaurações.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, conforme anexo I-B deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2 Todos os materiais deverão ser fornecidos pela Contratada, os quais serão medidos e pagos pelos quantitativos efetivamente utilizados ao final de cada empreitada.

9.3 Os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso, devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT e possuir garantia de prazo estabelecido pelo fabricante e em concordância com o preço praticado no mercado.

9.4 A critério da Contratante os materiais necessários aos serviços não constantes na planilha de materiais deste Termo de Referência poderão ser solicitados à Contratada mediante prévia análise e aprovação da fiscalização.

9.5 Os preços orçados dos materiais deverão ser, prioritariamente, aqueles constantes das tabelas de preços de insumos do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil divulgadas pela Caixa Econômica Federal, acrescidos do percentual de BDI previamente acordado, o qual não poderá ser superior a 23% em conformidade com o Acórdão 2.622/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU.

9.6 Materiais que não constem das referidas tabelas do SINAPI poderão ser cotados pela Contratada, tendo a Contratante a prerrogativa de poder recusar da Contratada o orçamento de materiais cujo valor estiver acima dos valores de mercado e de obter orçamento específico por sua própria iniciativa para efeito de comparativo.

9.7 Caso a média aritmética dos orçamentos realizados pelo ERSSP seja superior ao proposto pela Contratada, valerá o de menor preço.

9.8 A quantidade de materiais é meramente estimativa, podendo haver variações no quantitativo a ser consumido, porém, em qualquer hipótese, o gasto total anual não poderá ser superior ao contratado.

9.9 Se julgar necessário, a fiscalização poderá solicitar à Contratada a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados na instalação dos equipamentos ou na realização dos serviços.

9.10 A Contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços de acordo com o cronograma dos serviços emergenciais e das demandas da Contratante, sob pena de incorrer em multa caso o material não seja disponibilizado a tempo, sendo que a fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

9.11 Poderão ser utilizados materiais similares aos existentes nas instalações do ERSSP, desde que tal similaridade seja em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de matérias-primas de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.

9.12 Serão consideradas marcas de padrão de referência, para efeito de similaridade: Tigre e Amanco (materiais hidráulicos); Deca e Celite (louças e acessórios sanitários); Coral e Sherwin Williams (tintas, vernizes, seladoras, massa à base de PVA e complemento acrílico).

9.13 No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da Contratante, ou, em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), sua substituição por similar ou superior em qualidade.

9.14 Os materiais para limpeza da manutenção, bem como produtos de consumo necessários aos serviços, tais como, álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, estopas, panos, palhas de aço, graxas e desengraxantes, produtos antiferrugem, desengripantes, limpadores e/ou anticorrosivos em circuitos elétricos, solventes, fitas isolantes, fitas teflon, veda-roscas, colas e adesivos para tubos de PVC, colas superadesivas tipo Araldite, Super Bonder e Durepoxi, parafusos, pilhas para lanternas, buchas de nylon, etc., não serão pagos por medição de quantitativos gastos devendo seus respectivos custos estarem considerados no valor da hora/serviço.

9.15 O Anexo I deste Termo de Referência, possui uma planilha a ser preenchida pelos licitantes, onde constam os materiais estimados para possíveis manutenções preventivas e corretivas, sem prejuízo de outros materiais necessários desde que seja devidamente justificada sua necessidade e, a soma de seus valores não extrapole o máximo orçado e estabelecido em contrato. Em decorrência disso, e em conjunto com as determinações dos itens 7.3 e 7.5, qualquer material não constante da planilha do Anexo I, só poderá ser orçado e incluso no objeto contratado, se houver sobra de material não utilizado desta mesma planilha, de tal forma que os valores orçados para os materiais extras possam ser compensados com os valores não utilizados dos materiais previstos.

9.16 A planilha do Anexo I servirá de base para compor o preço global estimado, sendo um dos itens a serem licitados em conjunto com os serviços de manutenção preventiva e de manutenção corretiva.

9.17 Os preços definidos na planilha do Anexo I serão o referencial de preços unitários máximos admissíveis, tendo como base os valores definidos nas tabelas do SINAPI, acrescidos de um percentual de BDI máximo de 23% (vinte e três por cento). Os licitantes deverão preencher referida planilha com suas propostas de preços, admitindo-se tanto a redução dos preços unitários ora fixados com a aplicação de um desconto fixo linear para todos os itens, como a redução do percentual de BDI, a fim de permitir maior competitividade entre os interessados em participar da licitação.

9.18 Para efeito de pagamento dos materiais efetivamente utilizados, será considerado o preço mais atualizado correspondente ao código definido no Anexo I deste Termo de Referência, e com o desconto no mesmo percentual ofertado na proposta de preços do licitante contratado, caso tal proposta tenha contemplado uma redução de preço conforme permissivo estabelecido no item 7.16 precedente.

9.19 Fica estabelecido que, para o pagamento de quaisquer materiais necessários para a efetivação das manutenções, haverá a limitação de valor, o qual não poderá ultrapassar em hipótese alguma o total pactuado (anexo I-C).

9.20 A Contratada deverá, sempre que necessário, disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços objeto do contrato em perfeitas condições de uso, providenciando sua substituição sempre que não estiverem em condições adequadas para execução dos serviços.

9.21 Todos os custos relativos às ferramentas e equipamentos serão por conta da Contratada.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 Os licitantes deverão apresentar suas ofertas de preço para execução do objeto licitado da seguinte forma: valor da hora/serviço e valor unitário e total dos materiais a serem empregados.

10.2 O valor unitário dos materiais terá como referência de valor máximo o constante na tabela do SINAPI, sempre os mais atualizados e referentes ao Estado de São Paulo, acrescido de um percentual de BDI não superior a 23% (vinte e três por cento).

10.3 Quando um material em particular não constar nas tabelas do SINAPI, a Contratada poderá ofertá-lo com base em preços médios obtidos no mercado, a depender de aprovação prévia da Contratante após a devida comprovação da razoabilidade dos preços ofertados pela Contratada, inclusive mediante a realização de pesquisas próprias junto ao mercado.

10.4 O cálculo do preço unitário da hora/serviço, que se refere ao custo da mão de obra, será feito de forma diferenciada entre os serviços de manutenção preventiva e os de manutenção corretiva, tendo em vista que a manutenção preventiva pressupõe a intervenção multiprofissional incluindo a de profissional qualificado e habilitado (engenheiro civil e/ou arquiteto), para a detecção antecipada de potenciais problemas que venham a ocorrer, incluindo a elaboração de relatórios que apontem a situação de conservação ou deterioração do patrimônio imobilizado da Contratante e de tudo o que estiver incluso no escopo do objeto contratual, enquanto que a manutenção corretiva se refere a intervenções de problemas específicos já verificados nas manutenções preventivas e/ou pela Contratante.

10.5 Conforme a planilha do Anexo I, para a apuração da hora/serviço das intervenções preventivas programadas, será considerado o custo cheio das horas trabalhadas pelo engenheiro civil mais a média aritmética das horas trabalhadas pelo pedreiro, pelo gesso, pelo bombeiro hidráulico, pelo eletricitista, pelo marceneiro, pelo pintor, pelo serralheiro pelo técnico em eletrotécnica e pelo servente, considerando nesse custo o percentual de encargos sociais de horista, definido na tabela do SINAPI, acrescido de um percentual de BDI de, no máximo, 23% (vinte e três por cento).

10.6 Conforme a planilha do Anexo I, para a apuração da hora/serviço das intervenções corretivas, será considerado o custo da média aritmética das horas trabalhadas pelo engenheiro civil, pelo pedreiro, pelo gesso, pelo bombeiro hidráulico, pelo eletricitista, pelo marceneiro, pelo pintor, pelo serralheiro pelo técnico em eletrotécnica e pelo servente, considerando nesse custo o percentual de encargos sociais de horista, definido na tabela do SINAPI, acrescido de um percentual de BDI de, no máximo, 23% (vinte e três por cento).

10.7 O custo da hora trabalhada, em todos os casos, terá como teto (valor máximo) aquele divulgado pelas tabelas do SINAPI para o Estado de São Paulo, acrescido de um percentual de BDI que também não poderá ser superior a 23% (vinte e três por cento), podendo as empresas licitantes interessadas promover a redução tanto dos valores individuais desse custo, através da aplicação de um desconto fixo linear para todos os profissionais, como do percentual de BDI para efeito de oferta de preços.

10.8 Para efeito de cálculo do preço global a ser considerado na licitação, será feito o somatório dos três itens que compõem a licitação:

Item 1: valor dos serviços de manutenção preventiva;

Item 2: valor dos serviços de manutenção corretiva; e

Item 3: valor estimado dos materiais/insumos a serem utilizados nas manutenções.

10.9 Os preços cotados deverão incluir todas as despesas com impostos, taxas, fretes, equipamentos, ferramentas, mão de obra, custos administrativos, seguros e demais encargos, os quais, pressupõe-se deverão ser cobertos pelo percentual de

BDI estipulado na proposta de preços. Fica a critério da Licitante, conceder um desconto comercial linear à sua proposta de preço.

10.10 A área ocupada pelo ERSSP possui aproximadamente 1.064 m². As paredes internas da cozinha, das copas, da área de serviço de limpeza e dos banheiros são de alvenaria, emassadas e revestidas de azulejo (332 m²), o forro no teto é todo de gesso em placa dry-wall com 807 m² e o piso é em cerâmica esmaltada de 20 x 20 cm nessas áreas (53 m²) e em cerâmica esmaltada tipo porcelanato de 60 x 60 cm nas demais áreas (767 m²). Segue, nas tabelas abaixo, uma breve descrição das atuais instalações do ERSSP:

Sistema Elétrico	
Item	Quantidade
Caixa de passagem para 16 saídas, 25 x 70mm	08 un
Caixa de passagem para 8 saídas, diversos tamanhos	25 un
Caixa de passagem 100 x 100 de embutir em chapa metálica com tampa parafusada	06 un
Caixa de passagem 200 x 200 com tampa parafusada	01 un
Caixa de telefonia sobrepor 400 x 400 x 120 fundo de madeira e porta com trinco	01 un
Quadro de embutir em chapa metálica para disjuntores tipo DIM, diversos tamanhos	07 un
Caixa de piso para 8 pontos: 4 tomadas energia, 2 pontos lógica, 2 pontos telefonia	66 un
Tomadas 2P+T - 15A completa	29 pç
Tomadas 2P+T – 15 ^a	08 pç
Tomadas 2p+T – 15A – instalação em caixa de piso	222 pç
Luminária de embutir 4x16W c/ aletas e defletores em alumínio + reator eletrônico	134 pç
Luminária de embutir fluorescente 2x16W c/ aletas e defletores + reator eletrônico	11 pç
Luminária de embutir fluorescente 2x32W c/ aletas e defletores + reator eletrônico	06 pç

Luminária de embutir para lâmpada PL 2x23W com reator incorporado	14 pç
Luminária de embutir para 2 lâmpadas 20W c/ refletores móveis	02 pç
Luminária de embutir para lâmpada dicróica 50W	12 pç
Sistema Hidrossanitário	
Item	Quantidade
Banheiros	09
Vasos sanitários	09
Válvulas de descarga	09
Sifão descarga	09
Pias e lavatórios	13
Tanque de louça	01
Torneiras	14
Portas, Divisórias, Vidraçaria	
Item	Quantidade
Portas de madeira 0,80 x 2,10 m	26 un
Portas de vidro temperado 10 mm c/ uma folha, 0,80 x 2,10 m	12 un
Portas de vidro temperado 10 mm c/ duas folhas, 1,40 x 2,30 m	03 un
Porta de vidro temperado 10 mm c/ duas folhas, 1,70 x 2,30 m	01 un

Divisórias altas de vidro temperado 10 mm c/ película branca	167 m²
Divisórias baixas de vidro temperado 10 mm c/ película branca	51 m²
Divisória cega tipo naval c/ miolo mineral, acabamento em laminado melamínico	149 m²
Divisória em placa de gesso acartonado dry wall de 12 cm, miolo em lã de vidro	28 m²
Rede Lógica	
Item	Quantidade
Switches	06
Patch panels	16
Pontos de dados	112
Pontos de voz	112
Rack	03

10.11 As informações dadas nas tabelas acima caracterizam as instalações mínimas necessárias para a realização dos serviços contratados, porém, não eximem a empresa licitante de averiguar outras características do ERSSP que julgue indispensáveis para o fiel cumprimento de suas obrigações contratuais como, por exemplo, as condições dos forros, dos pisos, das paredes, das colunas, das esquadrias, da fiação elétrica, etc.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11. 1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

11.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 O licitante vencedor deverá designar um preposto aceito pela Administração SUSEP, durante todo o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

12.2 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.4 Executar os serviços nos horários acordados com a Contratante;

12.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.6 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.7 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

12.8 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.9 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.10 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

12.11 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do

serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.12 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

12.13 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato e nas ordens de serviço, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido;

12.14 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.18 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

12.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.20 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

12.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.23 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

12.24 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.25 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta à Administração do Condomínio, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

12.26 Prover os materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

12.27 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

12.28 Se necessário, obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.29 Ceder os direitos relativos ao serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.30 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

12.31 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e

disciplina;

12.32 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações estabelecidas;

12.33 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante;

12.34 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

12.35 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

12.36 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

12.37 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 28/02/2014, e legislação correlata;

12.38 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

12.39 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

12.40 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.41 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.42 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.43 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.44 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.45 Observar as diretrizes de caráter ambiental;

12.46 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.47 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.48 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.49 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros;

12.50 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.51 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.52 Caso necessário, após a assinatura do contrato, a contratada poderá ser convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gestores das áreas que executarão os serviços contratados.

12.53 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.54 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando aplicável, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.55 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.56 Corrigir falhas nos quadros de distribuição, incluindo a substituição de disjuntores, balanceamento de fases, substituição de dispositivos elétricos, reaperto de conectores, medição de correntes, tensão, etc.;

12.57 Corrigir falhas nos sistemas de iluminação e nas tomadas em geral, incluindo o conserto ou a substituição de condutores, interruptores, lâmpadas, reatores, starts e tomadas, de sobrepor ou de embutir, simples ou tripolar, com ou sem aterramento;

12.58 Corrigir falhas na rede embutida ou aparente, de baixa tensão, incluindo quadros de distribuição, disjuntores, condutores, canaletas, calhas, receptáculos, interruptores, equipamentos, instalações, etc., substituindo os itens necessários;

12.59 Corrigir falhas em tomadas especiais, destinadas ao uso de equipamentos diversos, como microcomputadores, máquinas reprográficas, etc., substituindo os itens necessários;

12.60 Corrigir falhas nos sistemas de iluminação de emergência, substituindo os itens necessários;

12.61 Reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos, tais como: reatores, fotocélula, contactores, relês, minuterias, fusíveis, cigarras, etc.;

12.62 Realizar a manutenção ou substituição de luminárias, quando a sua operação for insuficiente ou provocar frequentes queimas de lâmpadas;

12.63 Realizar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias, lâmpadas, contatos dos reatores, base dos soquetes, disjuntores, etc.;

12.64 Realizar a medição dos circuitos para verificar o estado da fiação, corrigindo-os ou substituindo-os quando apresentarem rupturas ou defeitos que afetem o nível de tensão de tomadas, lâmpadas, equipamentos, etc.;

12.65 Ativar e mudar pontos elétricos;

12.66 Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos sistemas elétricos e das normas vigentes.

12.67 Corrigir vazamentos e outras anormalidades, encanamentos da rede de água e esgoto, conexões, registros, torneiras, pias, vasos sanitários, descargas sifonadas e de caixa, efetuando substituições, caso necessário;

12.68 Corrigir a regulagem das válvulas de descarga, registros, engates, sifões, caixas sifonadas e outros dispositivos, trocando-os ou reparando-os, quando necessário;

12.69 Realizar reparos na vedação dos metais, substituindo-os quando apresentarem quaisquer irregularidades, caso necessário;

12.70 Reparar ferragens e louças dos sanitários, corrigindo ou substituindo as que estiverem danificadas;

12.71 Reparar os condutores de água e suas conexões procedendo à limpeza destes e eliminando quaisquer irregularidades, caso encontradas;

12.72 Corrigir anormalidades nas redes de drenagem de sistemas de refrigeração, reparando quaisquer vazamentos encontrados, com ou sem substituição de encanamentos, calhas, bacias, conexões, suportes, etc.;

12.73 Corrigir anormalidades nos encanamentos ou conexões de ramal de abastecimento de água, consertando ou substituindo registros, válvulas retentoras, torneiras e outros dispositivos hidráulicos danificados;

12.74 Realizar desentupimentos de redes de esgoto, provenientes de pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos e caixas de inspeção, etc.;

12.75 Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos hidrossanitários e normas vigentes.

12.76 Realizar eventuais correções em paredes, tetos e pisos (pintura, colocação de azulejos, cerâmicas, granito, gesso, rejuntamentos, rodapés, fixações, proteções, calafetação de juntas), eliminando a existência de trincas, descolamentos, manchas e infiltrações;

12.77 Realizar regulagem, alinhamento, ajustes de pressão, lubrificações de portas e janelas, consertos ou, se necessário, substituições de fechaduras e vidros, travas, dobradiças, molas hidráulicas, cordoalhas, prendedores, puxadores, trincos, incluindo serviços de plaina;

12.78 Realizar pintura de caixas de incêndio, quadros de distribuições elétricas, quadros telefônicos e molduras de equipamentos de ar condicionado, corrigindo ou substituindo o que for necessário;

12.79 Realizar correções e limpeza em laminados de madeira;

12.80 Executar revisão geral de janelas, portas, suportes de ar condicionado, corrigindo as falhas encontradas e/ou substituindo partes, quando necessário;

12.81 Executar inspeção geral nas esquadrias, realizando lixamentos, soldas, pinturas, vedações, regulagens nas fixações e remoção de partes enferrujadas;

12.82 Executar serviços de carpintaria, incluindo lixamento, impermeabilização, pintura, reaperto de parafusos, instalação e/ou substituição de peças como puxadores e fechaduras, com vistas a corrigir e/ou reparar portas, janelas e montagens de móveis em geral;

12.83 Realizar reparos, montagem e desmontagem de divisórias (com ou sem vidro);

12.84 Realizar instalação de extintores de incêndio, telas de proteção, quadros, murais, acessórios sanitários e de copa, suportes, etc.;

12.85 Efetuar a instalação de suportes e quadros parafusáveis em paredes conforme necessidade;

12.86 Executar serviços de alvenaria e/ou marcenaria com a utilização de quaisquer materiais que forem adequados visando mitigar efeitos nocivos provocados por excesso de ruído nas áreas internas;

12.87 Realizar outras ações preventivas de manutenção das instalações, sempre que for conveniente.

12.88 Realizar a identificação dos circuitos lógicos e das linhas telefônicas, comutação de pontos lógicos de dados para voz e vice-versa;

12.89 Organizar a fiação das redes de dados e de voz nos racks, limpar os distribuidores gerais e realizar confecção e ligação de extensões telefônicas;

12.90 Realizar reparos para solucionar falhas como linha muda, ruídos, interferências, mau contato, intermitências e outras falhas que comprometam a boa comunicação;

12.91 Instalar e/ou remanejar pontos telefônicos e de rede lógica de dados;

12.92 Substituir cabeamento, tomadas telefônicas e conectores defeituosos;

12.93 Verificar e corrigir falhas detectadas em switches e patch panels, promovendo a substituição dos respectivos equipamentos quando necessário.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as

demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.10 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.11 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.12 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.14 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.15 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.16 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.17 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.4 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.6 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.7 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.8 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.10 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.12 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.13 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.14 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1 Ao final de cada empreitada de manutenção preventiva ou corretiva, a Contratada deverá apresentar à fiscalização do ERSSP a Ordem de Serviço contendo a indicação criteriosa dos materiais substituídos/utilizados, serviços e a quantidade de horas efetivamente gastas para a sua realização incluindo a descrição de eventuais ocorrências.

17.2 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.3 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.7 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período de prestação dos serviços;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.9 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.11 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.12 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.15 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.17 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.19 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.20 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

18.1 Não caberá, na presente contratação, a antecipação do pagamento.

19. REAJUSTE

19.1 Durante o período de vigência contratual, os valores estabelecidos para cada item licitado serão irrevogáveis, com exceção do item 3 referente ao uso e/ou substituição de materiais necessários aos serviços de manutenção, sejam eles preventivos ou corretivos, os quais poderão ser pagos pelo valor atualizado correspondente às tabelas do SINAPI, ou de pesquisas de mercado quando tais materiais não constem das citadas tabelas e desde que se possa comprovar os preços compatíveis com os de mercado, sendo certo que tais preços poderão oscilar tanto para cima, com majoração, como para baixo, com redução em relação à tabela anterior.

19.2 Tanto no caso de reajuste de preços praticados refletidos nas tabelas do SINAPI, como no de preços médios definidos por pesquisas de mercado, deverá ser aplicado um desconto percentual idêntico ao da proposta original do licitante contratado, caso este tenha ofertado preços com desconto.

19.3 Fica estabelecido que não será assegurada manutenção do preço original, caso a variação ocorrida nas tabelas do SINAPI para um item em particular seja para menor.

19.4 Em qualquer caso, caberá ao fiscal do contrato e com auxílio do setor administrativo competente controlar os pagamentos de materiais utilizados, de forma a não extrapolar o total fixado como orçamento máximo para o item 3 licitado.

19.5 Caso o contrato venha a ser prorrogado, desde que satisfeitas as condições para a sua prorrogação, poderá ser reajustado com relação aos valores de mão de obra, que correspondem aos itens 1 e 2 da licitação, de acordo com os códigos correspondentes aos profissionais definidos no Anexo I deste Termo de Referência, tomando-se por base o valor informado na mais atualizada tabela divulgada do SINAPI para o Estado de São Paulo, e com o devido desconto idêntico ao da proposta original de preços da Contratada, quando for o caso.

19.6 O reajuste praticado em eventuais prorrogações contratuais tem o mero caráter de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, tendo por base os custos de mão de obra oficiais definidos pelo Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, estando sujeito à preclusão, isto é, à renúncia tácita de reajustamento caso o Contratado não apresente solicitação formal para a aplicação do reajuste até a data de advento da prorrogação.

19.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.4 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.5 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.7 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.11 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.12 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.13 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.14 Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.15 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.16 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

b) multa de:

b.1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

b.4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

b.5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

c) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

d) sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

21.3 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

21.5 As sanções previstas nos subitens 21.2, itens a, c, d e e poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.6 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por	02

	ocorrência;	
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.7 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.9 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.10 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.11 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.14 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.15 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.16 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) a contratada deverá apresentar 01 (uma) certidão de registro junto ao CREA, com validade para o ano em exercício, onde conste o registro da empresa na atividade de Engenharia Civil;

b) a contratada deverá apresentar 01 (um) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de execução de serviço de características semelhantes ao descrito no objeto, com a respectiva Certidão de Acervo Técnico junto ao CREA.

22.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

a) valor Global: R\$ 40.227,56 (quarenta mil duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos).

b) valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 40.227,56 (quarenta mil duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1 A adequação orçamentária seguirá o PTRES: 171912, Programa de Trabalho: 04122003220000001, Fonte de Recursos: 0280173039 e Plano Interno: SUSEPAD2000.

ANEXO I-A: PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS COM MÃO DE OBRA PARA O ERSSP

ANEXO I-A: PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS COM MÃO DE OBRA PARA O ERSSP								
MÃO DE OBRA COM VISTORIAS E MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS (300 HORAS/HOMEM ANO) H/H CONFORME SINAPI - ENCARGOS SOCIAIS NÃO DESONERADOS REFERÊNCIA: 07/2020						LS (1)	BDI (2)	DESCONTO (2)
						113,98%	22,12%	0,00%
Item	Base: Código	Descrição	Encargos Complementares	Unidade	Custo com	Custo com	Custo com	Custo com

	(07/2020-SP)						Enc.Sociais	Enc.Compl.	Enc.Soc. +Enc.Compl. + BDI	Encargos +BDI +Desconto
1	SINAPI: 34780	Manutenção preventiva/corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação com emissão de relatórios/laudos Composição de Mão de Obra: Engenheiro Civil	SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66	H/H	R\$ 104,99	R\$ 109,28	R\$ 133,45	R\$ 133,45
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
			SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35					
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					
			SINAP: 43486	EPI	R\$ 0,57					
2	SINAPI: 4750	Manutenção preventiva corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação Composição de Mão de Obra: Pedreiro	SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66	H/H	R\$ 18,80	R\$ 23,48	R\$ 28,67	R\$ 28,67
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
			SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35					
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					
			SINAP: 43486	EPI	R\$ 0,96					
3	SINAPI: 12872	Manutenção preventiva corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação Composição de Mão de Obra: Gesseiro	SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66	H/H	R\$ 18,80	R\$ 23,48	R\$ 28,67	R\$ 28,67
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
			SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35					
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					

			SINAP: 43486	EPI	R\$ 0,96					
4	SINAPI: 2696	Manutenção preventiva corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação Composição de Mão de Obra: Bombeiro Hidráulico	SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66	H/H	R\$ 20,13	R\$ 24,68	R\$ 30,14	R\$ 30,14
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
			SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35					
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					
			SINAP: 43486	EPI	R\$ 0,83					
5	SINAPI: 2436	Manutenção preventiva corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação Composição de Mão de Obra: Eletricista	SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66	H/H	R\$ 20,39	R\$ 25,04	R\$ 30,58	R\$ 30,58
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
			SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35					
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					
			SINAP: 43486	EPI	R\$ 0,93					
6	SINAPI: 12868	Manutenção preventiva corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação Composição de Mão de Obra: Marceneiro	SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66	H/H	R\$ 18,72	R\$ 23,52	R\$ 28,72	R\$ 28,72
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
			SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35					
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					

			SINAP: 43486	EPI	R\$ 1,08					
7	SINAPI: 4783	Manutenção preventiva corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação Composição de Mão de Obra: Pintor	SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66	H/H	R\$ 21,39	R\$ 26,57	R\$ 32,45	R\$ 32,45
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
			SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35					
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					
			SINAP: 43486	EPI	R\$ 1,46					
8	SINAPI: 6110	Manutenção preventiva corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação Composição de Mão de Obra: Serralheiro	SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66	H/H	R\$ 18,80	R\$ 23,88	R\$ 29,16	R\$ 29,16
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
			SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35					
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					
			SINAP: 43486	EPI	R\$ 1,36					
9	SINAPI: 2438	Manutenção preventiva corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação Composição de Mão de Obra: Técnico em Eletrotécnica	SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66	H/H	R\$ 29,10	R\$ 33,75	R\$ 41,22	R\$ 41,22
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
			SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35					
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					

			SINAP: 43486	EPI	R\$ 0,93					
			SINAP: 37370	Alimentação	R\$ 2,66					
			SINAP: 37371	Transporte	R\$ 0,64					
10	SINAPI: 6111	Manutenção preventiva corretiva mensal das instalações civis, elétricas e hidráulicas da edificação Composição de Mão de Obra: Servente	SINAP: 37372	Exames	R\$ 0,35	H/H	R\$ 15,08	R\$ 19,82	R\$ 24,20	R\$ 24,20
			SINAP: 37373	Seguro	R\$ 0,07					
			SINAP: 43486	EPI	R\$ 1,02					

CUSTO MÉDIO HORÁRIO COM MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (3): R\$ 163,88

CUSTO MÉDIO HORÁRIO COM MANUTENÇÕES CORRETIVAS (3): R\$ 40,73

(A) CUSTO ANUAL DE 150 HORAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: R\$ 24.581,53

(B) CUSTO ANUAL DE 150 HORAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA: R\$ 6.109,05

(C) CUSTO TOTAL ESTIMADO COM MÃO DE OBRA EM 1 ANO: R\$ 30.690,59

NOTAS:

(1) Para efeito de cálculo do valor da mão de obra, os encargos foram calculados baseados no enquadramento de empresas Não Desoneradas; se houver Desoneração, esse percentual cai para 83,40%, de acordo com a planilha correspondente do SINAPI. A Licitante vencedora deverá comprovar seu enquadramento e adequar os valores da planilha, se for o caso, de acordo com esse percentual.

(2) Considerou-se como percentual de BDI, a média considerada razoável pelo Tribunal de Contas da União - TCU, para a construção e reforma de edifícios, constante no Acórdão 2.622/2013 - Plenário, o qual poderá ser reduzido para permitir maior competitividade entre as Licitantes, ficando proibida sua ampliação a percentual superior a 23% (vinte e três por cento). Fica a critério das Licitantes, aplicarem ou não um percentual de desconto comercial.

(3) Nas Manutenções Preventivas, partindo-se do princípio que todos os Sistemas passarão por intervenção, considerou-se

como custo H/H médio, o custo cheio da hora do Engenheiro Civil em função da atuação mais destacada deste profissional nestas manutenções, mais a média aritmética do custo dos demais profissionais. Nas Manutenções Corretivas, como não é possível definir ao certo quais Sistemas passarão por intervenção e, portanto, quais profissionais serão demandados, considerou-se como custo H/H médio, o custo da média aritmética de todos os profissionais, inclusive o do Engenheiro Civil.

ANEXO I-B: PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS COM MATERIAIS PARA O ERSSP										
MATERIAIS PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS CONFORME SINAPI - REFERÊNCIA: 07/2020									BDI (1)	DESCONTO (1)
									22,12%	0,00%
Item	Base: Código (07/2020- SP)	Descrição	Demanda Estimada p/ 12 meses	Unid.	Quantid. à Adquirir p/ 12 meses	Unid.	Custo Unitário sem BDI	Custo Unitário com BDI	Custo Total com BDI em 12 meses	Custo Total com BDI +Desconto em 12 meses
GRUPO 1: INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS										R\$ 2.169,77
1	SINAPI: 10228	Válvula de descarga tipo Hydra ou similar 1-1/2".	1	pç	1	pç	R\$ 209,90	R\$ 256,33	R\$ 256,33	R\$ 256,33
2	P. PREÇOS CATMAT: 76562 Uasg: 720000 Preg. Eletr.: 52013/2020 Item 10	Reparo para válvula de descarga tipo Hydra ou similar 1-1/2" (2).	2	pç	2	pç	R\$ 26,46	R\$ 32,31	R\$ 64,63	R\$ 64,63
3	SINAPI: 36791	Torneira cromada para lavatório 1/2".	1	pç	1	pç	R\$ 76,71	R\$ 93,68	R\$ 93,68	R\$ 93,68
4	SINAPI:	Torneira	1	pç	1	pç	R\$	R\$	R\$	R\$ 55,92

	13983	cromada para pia 1/2".					45,79	55,92	55,92	
5	SINAPI: 1370	Ducha higiênica com registro 1/2".	1	pç	1	pç	R\$ 88,50	R\$ 108,08	R\$ 108,08	R\$ 108,08
6	P. PREÇOS CATMAT: 350891 Uasg: 120625 Preg. Eletr.: 58/2019 Item 346	Reparo para torneira de pia e/ou lavatório 1/2" (2).	2	pç	2	pç	R\$ 14,90	R\$ 18,20	R\$ 36,39	R\$ 36,39
7	SINAPI: 20262	Sifão plástico extensível universal tipo copo.	1	pç	1	pç	R\$ 16,20	R\$ 19,78	R\$ 19,78	R\$ 19,78
8	SINAPI: 6157	Valvula cromada tipo americana para pia.	1	pç	1	pç	R\$ 36,88	R\$ 45,04	R\$ 45,04	R\$ 45,04
9	SINAPI: 6154	Valvula cromada 7/8" x 1" com ladrão para lavatório.	1	pç	1	pç	R\$ 7,72	R\$ 9,43	R\$ 9,43	R\$ 9,43
10	SINAPI: 10420	Vaso sanitário sifonado convencional CELITE, DECA, ICASA ou equivalente.	1	pç	1	pç	R\$ 109,95	R\$ 134,27	R\$ 134,27	R\$ 134,27
11	P. PREÇOS CATMAT: 258317 Uasg: 80010 Preg. Eletr.: 61/2019 Item 1	Tampa/assento para vaso sanitário poliéster oval (2).	9	pç	9	pç	R\$ 78,90	R\$ 96,35	R\$ 867,17	R\$ 867,17

12	SINAPI: 6005	Registro de gaveta 3/4" com acabamento cromado simples.	1	pç	1	pç	R\$ 49,90	R\$ 60,94	R\$ 60,94	R\$ 60,94
13	SINAPI: 6024	Registro de pressão 3/4" com acabamento cromado simples.	1	pç	1	pç	R\$ 47,06	R\$ 57,47	R\$ 57,47	R\$ 57,47
14	SINAPI: 9868	Tubo de PVC marrom soldável de 25mm incluso conexões.	6	m	6	m	R\$ 2,94	R\$ 3,59	R\$ 21,54	R\$ 21,54
15	SINAPI: 20067	Tubo de PVC série R branco para esgoto 40mm.	3	m	3	m	R\$ 8,94	R\$ 10,92	R\$ 32,75	R\$ 32,75
16	SINAPI: 20068	Tubo de PVC série R branco para esgoto 50mm.	3	m	3	m	R\$ 11,14	R\$ 13,60	R\$ 40,81	R\$ 40,81
17	SINAPI: 9839	Tubo de PVC série R branco para esgoto 75mm.	3	m	3	m	R\$ 14,61	R\$ 17,84	R\$ 53,53	R\$ 53,53
18	SINAPI: 9841	Tubo de PVC série R branco para esgoto 100mm.	3	m	3	m	R\$ 25,59	R\$ 31,25	R\$ 93,75	R\$ 93,75
19	SINAPI: 5102	Ralo seco simples quadrado de PVC 100 x 100 x 53mm saída 40mm grelha branca.	1	m	1	m	R\$ 8,30	R\$ 10,14	R\$ 10,14	R\$ 10,14
20	SINAPI: 5103	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 100 x	1	pç	1	pç	R\$ 11,72	R\$ 14,31	R\$ 14,31	R\$ 14,31

		50mm, com grelha redonda.								
21	SINAPI: 11712	Caixa sifonada de PVC 150 x 150 x 50mm, com grelha quadrada.	1	pç	1	pç	R\$ 27,30	R\$ 33,34	R\$ 33,34	R\$ 33,34
22	SINAPI: 11683	Rabicho de lavatório flexível em inox 1/2" x 30cm.	2	pç	2	pç	R\$ 24,76	R\$ 30,24	R\$ 60,47	R\$ 60,47
GRUPO 2: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS										R\$ 2.773,96
23	SINAPI: 34653	Disjuntor a seco DIN de 1P10A.	1	pç	1	pç	R\$ 6,82	R\$ 8,33	R\$ 8,33	R\$ 8,33
24	SINAPI: 34653	Disjuntor a seco DIN de 1P16A.	1	pç	1	pç	R\$ 6,82	R\$ 8,33	R\$ 8,33	R\$ 8,33
25	SINAPI: 34653	Disjuntor a seco DIN de 1P20A.	1	pç	1	pç	R\$ 6,82	R\$ 8,33	R\$ 8,33	R\$ 8,33
26	SINAPI: 34653	Disjuntor a seco DIN de 1P25A.	1	pç	1	pç	R\$ 6,82	R\$ 8,33	R\$ 8,33	R\$ 8,33
27	SINAPI: 34616	Disjuntor a seco DIN de 2P16A.	1	pç	1	pç	R\$ 39,12	R\$ 47,77	R\$ 47,77	R\$ 47,77
28	SINAPI: 34616	Disjuntor a seco DIN de 2P20A.	1	pç	1	pç	R\$ 39,12	R\$ 47,77	R\$ 47,77	R\$ 47,77
29	SINAPI: 34709	Disjuntor a seco DIN de 3P16A.	1	pç	1	pç	R\$ 47,93	R\$ 58,53	R\$ 58,53	R\$ 58,53
30	SINAPI: 34709	Disjuntor a seco DIN de 3P50A.	1	pç	1	pç	R\$ 47,93	R\$ 58,53	R\$ 58,53	R\$ 58,53
31	SINAPI: 34714	Disjuntor a seco DIN de 3P63A.	1	pç	1	pç	R\$ 57,25	R\$ 69,91	R\$ 69,91	R\$ 69,91
32	SINAPI: 2391	Disjuntor termomagnético	1	pç	1	pç	R\$ 261,46	R\$ 319,29	R\$ 319,29	R\$ 319,29

		padrão NEMA de 3P125A.								
33	SINAPI: 2374	Disjuntor termomagnético padrão NEMA de 3P150A.	1	pç	1	pç	R\$ 296,62	R\$ 362,23	R\$ 362,23	R\$ 362,23
34	SINAPI: 14055	Caixa de passagem 100x100 de embutir em chapa metálica com tampa parafusada.	1	pç	1	pç	R\$ 414,43	R\$ 506,10	R\$ 506,10	R\$ 506,10
35	SINAPI: 2580	Condulete em alumínio fundido tipo X 3/4"	2	pç	2	pç	R\$ 11,17	R\$ 13,64	R\$ 27,28	R\$ 27,28
36	SINAPI: 993	Cabo elétrico 0,6/1kv 1,5mm².	50	m	50	m	R\$ 1,24	R\$ 1,51	R\$ 75,71	R\$ 75,71
37	SINAPI: 1022	Cabo elétrico 0,6/1kv 2,5mm².	50	m	50	m	R\$ 1,72	R\$ 2,10	R\$ 105,02	R\$ 105,02
38	SINAPI: 1021	Cabo elétrico 0,6/1kv 4,0mm².	25	m	25	m	R\$ 2,47	R\$ 3,02	R\$ 75,41	R\$ 75,41
39	SINAPI: 994	Cabo elétrico 0,6/1kv 6,0mm².	10	m	10	m	R\$ 3,38	R\$ 4,13	R\$ 41,28	R\$ 41,28
40	SINAPI: 1020	Cabo elétrico 0,6/1kv 10,0mm².	10	m	10	m	R\$ 5,41	R\$ 6,61	R\$ 66,07	R\$ 66,07
41	SINAPI: 995	Cabo elétrico 0,6/1kv 16,0mm².	10	m	10	m	R\$ 8,30	R\$ 10,14	R\$ 101,36	R\$ 101,36
42	SINAPI: 1872	Caixa de PVC 2x4".	1	pç	1	pç	R\$ 1,91	R\$ 2,33	R\$ 2,33	R\$ 2,33

43	SINAPI: 1873	Caixa de PVC 4x4".	1	pç	1	pç	R\$ 3,80	R\$ 4,64	R\$ 4,64	R\$ 4,64
44	SINAPI: 38092	Espelho para um módulo em caixa PVC 2x4".	1	pç	1	pç	R\$ 1,93	R\$ 2,36	R\$ 2,36	R\$ 2,36
45	SINAPI: 38093	Espelho para dois módulos em caixa PVC 2x4".	1	pç	1	pç	R\$ 2,00	R\$ 2,44	R\$ 2,44	R\$ 2,44
46	SINAPI: 38094	Espelho para três módulos em caixa PVC 2x4".	1	pç	1	pç	R\$ 2,45	R\$ 2,99	R\$ 2,99	R\$ 2,99
47	SINAPI: 38096	Espelho para dois módulos em caixa PVC 4x4".	1	pç	1	pç	R\$ 4,64	R\$ 5,67	R\$ 5,67	R\$ 5,67
48	SINAPI: 38098	Espelho para seis módulos em caixa PVC 4x4".	1	pç	1	pç	R\$ 4,97	R\$ 6,07	R\$ 6,07	R\$ 6,07
49	SINAPI: 38101	Tomada 2P+T de 10A 250V modulo.	10	pç	10	pç	R\$ 6,58	R\$ 8,04	R\$ 80,35	R\$ 80,35
50	SINAPI: 38102	Tomada 2P+T de 20A 250V modulo.	2	pç	2	pç	R\$ 8,41	R\$ 10,27	R\$ 20,54	R\$ 20,54
51	SINAPI: 38112	Interruptor simples 10A 250V módulo.	2	pç	2	pç	R\$ 5,78	R\$ 7,06	R\$ 14,12	R\$ 14,12
52	SINAPI: 38113	Interruptor paralelo 10A 250V modulo.	2	pç	2	pç	R\$ 7,53	R\$ 9,20	R\$ 18,39	R\$ 18,39
53	SINAPI: 38778	Lâmpada fluorescente tubular bipino lateral T8 16W de 60cm.	60	pç	60	pç	R\$ 6,38	R\$ 7,79	R\$ 467,48	R\$ 467,48

54	SINAPI: 38779	Lâmpada fluorescente tubular bipino lateral T8 32W de 120cm.	2	pç	2	pç	R\$ 6,76	R\$ 8,26	R\$ 16,51	R\$ 16,51
55	SINAPI: 39381	Lâmpada fluorescente compacta base E27 10W.	6	pç	6	pç	R\$ 9,98	R\$ 12,19	R\$ 73,13	R\$ 73,13
56	SINAPI: 1086	Reator eletrônico 2x16W bivolt de alto fator de potência.	1	pç	1	pç	R\$ 19,74	R\$ 24,11	R\$ 24,11	R\$ 24,11
57	SINAPI: 1079	Reator eletrônico 2x32W bivolt de alto fator de potência.	1	pç	1	pç	R\$ 20,40	R\$ 24,91	R\$ 24,91	R\$ 24,91
58	P. PREÇOS CATMAT: 150228 Uasg: 120016 Preg. Eletr.: 161/2020 Item 423	Resistência elétrica para chuveiro 220v/5500w (2).	1	pç	1	pç	R\$ 10,09	R\$ 12,32	R\$ 12,32	R\$ 12,32
GRUPO 3: CIVIL										R\$ 4.231,61
59	SINAPI: 35692	Tinta látex 100% acrílica, branco, duas demãos (3).	120,00	m²	7,06	l	R\$ 50,25	R\$ 61,37	R\$ 433,17	R\$ 433,17
60	SINAPI: 7345	Tinta látex PVA, branco, duas demãos (3).	120,00	m²	7,06	l	R\$ 17,66	R\$ 21,57	R\$ 152,23	R\$ 152,23
61	SINAPI: 7288	Tinta esmalte sintético premium, duas demãos (3).	17,00	m²	1,00	l	R\$ 30,82	R\$ 37,64	R\$ 37,64	R\$ 37,64

62	SINAPI: 6085	Selador acrílico, uma demão (4).	60,00	m²	10,00	l	R\$ 7,50	R\$ 9,16	R\$ 91,59	R\$ 91,59
63	SINAPI: 4056	Massa acrílica, uma demão (galão 6kg) (5).	18,00	m²	1,00	gl	R\$ 28,50	R\$ 34,80	R\$ 34,80	R\$ 34,80
64	SINAPI: 10491	Vidro liso comum incolor 6mm.	2,00	m²	2,00	m²	R\$ 151,11	R\$ 184,54	R\$ 369,07	R\$ 369,07
65	SINAPI: 10498	Massa para vidro.	2,00	kg	2,00	kg	R\$ 6,78	R\$ 8,28	R\$ 16,56	R\$ 16,56
66	SINAPI: 39484	Porta 1 folha de abrir e batente de madeira revestida com fórmica branca nas duas faces, c/batente metálico, p/instalação em divisória de gesso dry wall, incluindo ferragens de 1ª qualidade, dimensões 0,80 x 2,10m	1,00	pç	1,00	pç	R\$ 374,31	R\$ 457,11	R\$ 457,11	R\$ 457,11
67	SINAPI: 39492	Porta 1 folha de abrir e batente de madeira revestida com fórmica branca nas duas faces, incluindo ferragens de 1ª qualidade, dimensões 0,80 x 2,10m	1,00	pç	1,00	pç	R\$ 440,91	R\$ 538,44	R\$ 538,44	R\$ 538,44
68	SINAPI: 2432	Dobradiça para porta de madeira em latão cromado, 3,5" x 3".	6,00	pç	6,00	pç	R\$ 23,91	R\$ 29,20	R\$ 175,19	R\$ 175,19

69	SINAPI: 3097	Fechadura para porta de banheiro de madeira completa, linha popular.	2,00	cj	2,00	cj	R\$ 47,29	R\$ 57,75	R\$ 115,50	R\$ 115,50
70	SINAPI: 3080	Fechadura para porta de madeira, linha popular.	2,00	cj	2,00	cj	R\$ 63,20	R\$ 77,18	R\$ 154,36	R\$ 154,36
71	SINAPI: 10511	Cimento CP II (saco de 50Kg).	2,00	sc	2,00	sc	R\$ 18,95	R\$ 23,14	R\$ 46,28	R\$ 46,28
72	SINAPI: 1106	Cal hidratada para argamassas (saco de 20Kg).	4,00	sc	4,00	kg	R\$ 0,53	R\$ 0,65	R\$ 2,59	R\$ 2,59
73	SINAPI: 370	Areia média.	2,00	m³	2,00	m³	R\$ 52,48	R\$ 64,09	R\$ 128,18	R\$ 128,18
74	SINAPI: 37595	Argamassa colante tipo ACIII (6).	15,00	m²	75,00	kg	R\$ 1,53	R\$ 1,87	R\$ 140,13	R\$ 140,13
75	SINAPI: 34357	Rejunte cimentício flexível (7).	6,00	m²	2,00	kg	R\$ 2,93	R\$ 3,58	R\$ 7,16	R\$ 7,16
76	SINAPI: 38195	Piso em porcelanato tamanho 60 x 60cm.	7,20	m²	7,20	m²	R\$ 66,42	R\$ 81,11	R\$ 584,01	R\$ 584,01
77	SINAPI: 1287	Piso cerâmico esmaltado tamanho 20 x 20cm.	5,00	m²	5,00	m²	R\$ 20,70	R\$ 25,28	R\$ 126,39	R\$ 126,39
78	SINAPI: 533	Revestimento cerâmico esmaltado tamanho 20 x 20cm.	5,00	m²	5,00	m²	R\$ 15,28	R\$ 18,66	R\$ 93,30	R\$ 93,30
79	SINAPI: 4812	Placa de gesso 1,2 x 60 x	7,20	m²	7,20	m²	R\$ 13,06	R\$ 15,95	R\$ 114,83	R\$ 114,83

		60cm.								
80	SINAPI: 3315	Gesso em pó para revestimentos e placas (8).	4,00	m²	4,00	kg	R\$ 0,58	R\$ 0,71	R\$ 2,83	R\$ 2,83
81	SINAPI: 39433	Massa de rejunte pronta p/ chapa de gesso acartonado, uma demão (9).	10,00	m²	5,00	kg	R\$ 2,85	R\$ 3,48	R\$ 17,40	R\$ 17,40
82	SINAPI: 39413	Gesso acartonado em placa dry wall standard, cor branca, tamanho 12,5 x 1200 x 2400mm.	12,00	m²	12,00	m²	R\$ 19,97	R\$ 24,39	R\$ 292,65	R\$ 292,65
83	SINAPI: 11703	Papeleira de parede em metal cromado sem tampa.	1,00	pç	1,00	pç	R\$ 41,54	R\$ 50,73	R\$ 50,73	R\$ 50,73
84	SINAPI: 11757	Saboneteira de parede em metal cromado.	1,00	pç	1,00	pç	R\$ 40,50	R\$ 49,46	R\$ 49,46	R\$ 49,46
GRUPO 4: DADOS E TELEFONIA										R\$ 361,65
85	SINAPI: 39599	Cabo de rede UTP par trançado categoria 6.	50,00	m	50,00	m	R\$ 1,59	R\$ 1,94	R\$ 97,09	R\$ 97,09
86	SINAPI: 38104	Conector RJ45 categoria 6.	8,00	pç	8,00	pç	R\$ 27,08	R\$ 33,07	R\$ 264,56	R\$ 264,56
(D) CUSTO TOTAL ESTIMADO COM MATERIAIS EM 1 ANO:										R\$ 9.536,97
NOTAS:										

(1) Considerou-se como percentual de BDI, a média considerada razoável pelo Tribunal de Contas da União - TCU, para a construção e reforma de edifícios, constante no Acórdão 2.622/2013 - Plenário, o qual poderá ser reduzido para permitir maior competitividade entre as Licitantes, ficando proibida sua ampliação a percentual superior a 23% (vinte e três por cento). Fica a critério das Licitantes, aplicarem ou não um percentual de desconto comercial.

(2) Como a tabela SINAP não apresenta item semelhante ao necessário no imóvel, tomou-se como base de preço, o apresentado no site "Painel de Preços" do Ministério da Economia:
<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>

(3) Para o cálculo da tinta acrílica premium e do emalte sintético premium, considerou-se um rendimento médio por demão de 17m² por litro.

(4) Para o cálculo do selador acrílico, considerou-se um rendimento médio por demão de 6m² por litro.

(5) Para o cálculo da massa acrílica, considerou-se um rendimento médio por demão de 3m² por quilo vezes os 6kg de um galão.

(6) Para o cálculo da argamassa colante, considerou-se um rendimento médio de 0,20m² por quilo.

(7) Para o cálculo do rejunte cimentício flexível, considerou-se um rendimento médio de 3m² por quilo (espessura de 2mm e altura de 4mm).

(8) Para o cálculo do gesso em pó para revestimentos e placas, considerou-se um rendimento médio de 1m² por quilo (espessura de 1mm).

(9) Para o cálculo da massa de rejunte pronta p/ chapa de gesso acartonado, considerou-se um rendimento médio de 2m² por quilo.

ABREVIATURAS DAS UNIDADES:

br = barra	m = metro								
cj = conjunto	m ² = metro quadrado								
lt = lata	pç = peça								
gl = galão	sc = saco								

(E) - CUSTO GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DO CONTRATO COM MÃO DE

R\$

OBRA (C) E MATERIAIS (D)
PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS EM 1 ANO:

40.227,56

ANEXO I-C: QUADRO RESUMO DE CUSTO COM MATERIAIS PARA O ERSSP

GRUPO	SUBTOTAL
GRUPO 1: INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	R\$ 2.169,77
GRUPO 2: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 2.773,96
GRUPO 3: CIVIL	R\$ 4.231,61
GRUPO 4: DADOS E TELEFONIA	R\$ 361,65
CUSTO TOTAL COM MATERIAIS:	R\$ 9.536,97

ANEXO I-D: QUADRO RESUMO DE COMPOSIÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO PARA O ERSSP

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
(A)	Manutenção preventiva com previsão de duas intervenções semestrais totalizando 150 horas de acordo com o cronograma estabelecido no Anexo III do Termo de Referência ERSSP 32/2020.	R\$ 24.581,53
(B)	Manutenção corretiva conforme as demandas necessárias dos serviços descritos no Termo de Referência ERSSP 32/2020, com previsão de, no máximo, 150 horas de serviço.	R\$ 6.109,05
(D)	Materiais, de acordo com as planilhas do Anexo I do termo de Referência ERSSP 32/2020 contendo os itens mais prováveis de serem utilizados.	R\$ 9.536,97
(E) CUSTO GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DO CONTRATO EM 1 ANO:		R\$ 40.227,56

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ (nº do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), apresenta sua proposta comercial de preço a fim de participar do certame licitatório de pregão eletrônico nº xx/2020, conforme disposições do respectivo Edital e demais condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência ERSSP nº 32/2020.

O **valor global anual** de contratação dos Serviços Contínuos de Manutenção Predial preventiva e corretiva, descritos no Termo de Referência ERSSP nº 32/2020, será o seguinte:

R\$ _____, _____ (<por extenso> _____).

Dados da empresa proponente:

a) Razão Social: _____

b) CNPJ (MF) nº _____

c) Endereço: _____

d) Fone: _____

e) Fax: _____

f) E-mail: _____

g) CEP: _____

h) Cidade: _____ i) Estado: _____

j) Banco: _____

k) Agência Bancária: _____

l) Conta Bancária: _____

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura e Identificação (Nome / CPF / RG) do representante legal

OBS.: a proposta deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

ANEXO III – PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA**(folha 01 de 09)**

1 - SISTEMA ELÉTRICO	LOCAL DO SERVIÇO: 26º ANDAR DO EDIFÍCIO CBI conj. 2650 conj. 2660
1.1 - QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ	
01. Verificação do aquecimento do disjuntor geral	
02. Verificação do aquecimento dos disjuntores parciais	
03. Verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos	
04. Verificação do aquecimento nos condutores de alimentação e distribuição	
05. Inspeção nos bornes de ligação dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada	
06. Verificação do aquecimento nos disjuntores primários (Quadro de Distribuição para o Escritório)	
07. Controle da corrente dos alimentadores	
08. Verificação do funcionamento dos disjuntores	
09 Verificação do estado dos fios na entrada e saída dos disjuntores	
10. Controle da carga nos disjuntores	
11. Verificação do equilíbrio de fases com todos os circuitos ligados	
12. Lubrificação das dobradiças das portas dos armários	
13. Limpeza geral dos quadros e barramento	
14. Reaperto dos parafusos dos barramentos, entrada e saída	

15. Reaperto dos parafusos dos terminais dos disjuntores	
16. Verificação da fixação do barramento e conexões	
17. Verificação da tensão da mola dos disjuntores	
18. Limpeza dos disjuntores e barramentos	
<p>Observações: todas as verificações, inspeções, medições e testes descritos deverão ser procedidos da elaboração de relatórios detalhados contendo as providências tomadas para a manutenção e as proposições das ações necessárias e suficientes para a normalização do estado dos materiais, sistemas e componentes averiguados.</p>	

ANEXO III – PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA

(folha 02 de 09)

1 - SISTEMA ELÉTRICO	LOCAL DO SERVIÇO: 26º ANDAR DO EDIFÍCIO CBI conj. 2650 conj. 2660
1.2 - ILUMINAÇÃO INTERNA	
01. Inspeção das luminárias, verificando a existência de lâmpadas queimadas ou inoperantes	
02. Verificação dos interruptores das lâmpadas quanto às condições operacionais	
03. Verificação da existência de ruídos nos reatores	

04. Verificação dos pinos fêmea de contato das tomadas	
05. Reaperto dos parafusos de fixação das tomadas	
06. Verificação do sistema de fixação das luminárias	
07. Reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias	
08. Reaperto dos contatos dos reatores	
09. Limpeza das caixas de fixação das tomadas	
10. Reaperto dos parafusos de fixação dos soquetes das lâmpadas	
11. Medição do isolamento dos circuitos quanto ao estado dos fios	
12. Verificação do aterramento das luminárias	
13. Limpeza e teste dos reatores	
14. Teste de corrente e alimentação das tomadas	

Observações: todas as verificações, inspeções, medições e testes descritos deverão ser procedidos da elaboração de relatórios detalhados contendo as providências tomadas para a manutenção e as proposições das ações necessárias e suficientes para a normalização do estado dos materiais, sistemas e componentes averiguados.

ANEXO III – PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA**(folha 03 de 09)**

1 - SISTEMA ELÉTRICO	LOCAL DO SERVIÇO: 26º ANDAR DO EDIFÍCIO CBI conj. 2650 conj. 2660
1.3 - REDE ELÉTRICA	
01. Inspeção nas caixas de passagem	
02. Inspeção do estado das capas isolantes, fios e cabos	
03. Verificação do estado geral dos cabos	
04. Medição da resistência ôhmica e continuidade dos cabos	
05. Limpeza nas caixas de passagem	
06. Medição da corrente (amperagem) da fiação	

07. Verificação da corrente de serviço, sobreaquecimento	
--	--

Observações: todas as verificações, inspeções, medições e testes descritos deverão ser procedidos da elaboração de relatórios detalhados contendo as providências tomadas para a manutenção e as proposições das ações necessárias e suficientes para a normalização do estado dos materiais, sistemas e componentes averiguados.

ANEXO III – PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA**(folha 04 de 09)**

2 - SISTEMA HIDROSSANITÁRIO	LOCAL DO SERVIÇO: 26º ANDAR DO EDIFÍCIO CBI conj. 2650 conj. 2660
2.1 – ÁGUA E ESGOTO	
01. Verificação do funcionamento das válvulas de descarga	
02. Verificação do funcionamento das torneiras	
03. Verificação do estado das pias e vasos	
04. Verificação das condições dos ralos de escoamento	
05. Verificação de obstrução nas pias, vasos e drenos	
06. Verificação de vazamento nas pias, vasos, torneiras e sifões	
07. Inspeção na rede interna de esgoto	
08. Inspeção nos ralos, tampas e grelhas	
09. Limpeza dos ralos de escoamento	
10. Limpeza na rede hidráulica de água potável	

11. Limpeza da rede interna de esgoto	
12. Inspeção em toda rede hidráulica, quanto ao problema de oxidação e estado de conservação	
<p>Observações: todas as verificações, inspeções, medições e testes descritos deverão ser procedidos da elaboração de relatórios detalhados contendo as providências tomadas para a manutenção e as proposições das ações necessárias e suficientes para a normalização do estado dos materiais, sistemas e componentes averiguados.</p>	

ANEXO III – PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA**(folha 05 de 09)**

3 – MARCENARIA E CARPINTARIA	LOCAL DO SERVIÇO: 26º ANDAR DO EDIFÍCIO CBI conj. 2650 conj. 2660
01. Verificar se há portas desalinhadas ou rodapés soltos	
02. Verificar a estabilidade e o estado dos componentes de móveis, cadeiras e prateleiras	
03. Verificar o estado lambris, divisórias, forros removíveis, estruturas de madeira	
04. Verificar o estado de portas, caixonetes, alizares, batentes e esquadrias em madeira	
Observações: todas as verificações, inspeções, medições e testes descritos deverão ser procedidos da elaboração de relatórios detalhados contendo as providências tomadas para a manutenção e as proposições das ações necessárias e suficientes para a normalização do estado dos materiais, sistemas e componentes averiguados.	

--	--	--

ANEXO III – PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA**(folha 06 de 09)**

4 – SERRALHERIA, VIDRAÇARIA E CHAVEIRO	LOCAL DO SERVIÇO: 26º ANDAR DO EDIFÍCIO CBI conj. 2650 conj. 2660	
01. Verificar proteções metálicas		
02. Verificar elementos de fixação de tubos (berços) em alvenarias		
03. Verificar estado de esquadrias metálicas		
04. Verificar o estado de rolamentos, trincos, fechaduras, dobradiças e demais peças metálicas		
05. Verificar vedação de vidros (baguete ou massa)		
06. Verificar o estado de vidros externos (janelas da fachada, janelas laterais)		
07. Verificar o estado de vidros internos (salas, portas, banheiro)		
08. Verificar o estado do presilhamento do forro de alumínio		
09. Verificar sistema abertura/fechamento das portas de vidro temperado, molas, parafusos e outros componentes		
<p>Observações: todas as verificações, inspeções, medições e testes descritos deverão ser procedidos da elaboração de relatórios detalhados contendo as providências tomadas para a manutenção e as proposições das ações necessárias e suficientes para a normalização do estado dos materiais, sistemas e componentes averiguados.</p>		

--	--	--

ANEXO III – PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA**(folha 07 de 09)**

5 – OBRAS CIVIS	LOCAL DO SERVIÇO: 26º ANDAR DO EDIFÍCIO CBI
------------------------	---

	conj. 2650	conj. 2660
01. Verificar alvenarias estruturais ou de fechamentos, chapiscos, emboços, rebocos		
02. Verificar existência de fissuras em alvenarias		
03. Verificar existência de fissuras em elementos estruturais de concreto armado		
04. Verificar necessidade de retirada de infiltrações e seus tratamentos em paredes divisórias		
05. Verificar necessidade de retirada de infiltrações e seus tratamentos em forros de gesso acartonado, forros de placas “dry-wall”		
06. Inspecionar e detectar o nível de ruído interno e externo e propor as ações mais convenientes para redução em níveis adequados.		
<p>Observações: todas as verificações, inspeções, medições e testes descritos deverão ser procedidos da elaboração de relatórios detalhados contendo as providências tomadas para a manutenção e as proposições das ações necessárias e suficientes para a normalização do estado dos materiais, sistemas e componentes averiguados.</p>		

ANEXO III – PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA**(folha 08 de 09)**

6 – ACABAMENTOS, REVESTIMENTOS E PINTURA	LOCAL DO SERVIÇO: 26º ANDAR DO EDIFÍCIO CBI conj. 2650 conj. 2660
01. Verificar estado de pisos e de paredes, rodapés, azulejos, cerâmicas, mármore, granitos e outras pedras	
02. Verificar estado de juntas de dilatação de qualquer natureza, soleiras, rejuntas, enquadramentos, acabamentos em geral, impermeabilizações, fôrnicas, carpetes	
03. Verificar estado das superfícies onde esteja aplicada massa corrida, selador, textura, verniz ou resina	

04. Verificar estado dos forros e demais locais onde tenha sido aplicado gesso

Observações: todas as verificações, inspeções, medições e testes descritos deverão ser procedidos da elaboração de relatórios detalhados contendo as providências tomadas para a manutenção e as proposições das ações necessárias e suficientes para a normalização do estado dos materiais, sistemas e componentes averiguados.

ANEXO III – PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA
(folha 09 de 09)

7 – REDE DE DADOS E VOZ E CABEAMENTO ESTRUTURADO	LOCAL DO SERVIÇO: 26º ANDAR DO EDIFÍCIO CBI conj. 2650 conj. 2660
01. Verificar estado do cabeamento de rede de dados e voz	
02. Verificar estado e funcionalidade de switches e efetuar a limpeza dos mesmos	
03. Verificar estado dos patch panels e efetuar a limpeza das conexões com as fiações de voz e dados	
04. Verificar estado dos conectores de dados e voz instalados no piso	
05. Checar e reorganizar as fiações dos racks, se necessário	
Observações: todas as verificações, inspeções, medições e testes descritos deverão ser procedidos da elaboração de relatórios detalhados contendo as providências tomadas para a manutenção e as proposições das ações necessárias e suficientes para a normalização do estado dos materiais, sistemas e componentes averiguados.	



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL LINHARES DE ALCANTARA (MATRÍCULA 1480613)**, **Chefe de Seção**, em 29/11/2020, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0868838** e o código CRC **127C0B4B**.

Referência: Processo nº 15414.630367/2019-86

SEI nº 0868838